



CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA

"O Poder Unido é mais Forte"

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

MENSAGEM DE ENCAMINHAMENTO

PROJETO DE LEI CV Nº 016/2025, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a obrigatoriedade na reparação dos danos ocasionados pelas Empresas Concessionárias, Permissionárias e Autorizatórias de serviços públicos em bens públicos do município de Agrolândia.

O Vereador Alan Giovanni Testoni, nos termos do artigo 131, §1º, I, do Regimento Interno dessa Casa, têm a honra de submeter à apreciação dos nobres Pares desta Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei CV nº 016/2025, que dispõe sobre a obrigatoriedade na reparação dos danos ocasionados pelas Empresas Concessionárias, Permissionárias e Autorizatórias de serviços públicos em bens públicos do município de Agrolândia.

Certo da relevância da matéria para a preservação do patrimônio público e para a melhoria dos serviços prestados à população, solicita-se a análise e deliberação do Plenário.

**Plenário Vereador Emil Jansen
Agrolândia em, 24 de novembro de 2025.**

Alan Giovanni Testoni
Vereador Autor





CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA

"O Poder Unido é mais Forte"

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

PROJETO DE LEI CV Nº 016/2025, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a obrigatoriedade na reparação dos danos ocasionados pelas empresas Concessionárias, Permissionárias e Autorizatárias de serviços públicos em bens públicos do município de Agrolândia.

O vereador que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, submete à apreciação da Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei CV:

Art. 1º As pessoas jurídicas de direito público e privado, concessionárias, permissionárias e autorizatárias de serviços públicos ficam obrigadas a reparar os danos causados nos bens públicos municipais quando danificados em razão da execução de seus serviços.

§ 1º Fica estabelecido o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para que as prestadoras de serviço deem início à recuperação do bem público, restaurando-os às condições originais, de forma a que não venham, posteriormente, oferecer risco ou impedimento à livre circulação de veículos e de pedestres.

§ 2º O prazo para a reparação do dano poderá ser estendido quando manifestada e comprovada a necessidade, atestado pela Secretaria de Infraestrutura Municipal.

§ 3º Entende-se como bens públicos municipais, calçadas, rampas, muretas, muros, grades, portões, postes ou quaisquer outros bens sob a tutela do Município.

§ 4º O reparo será de responsabilidade das prestadoras de serviço constantes do caput, que deverão executá-lo às suas expensas, não cabendo nenhum tipo de ônus ou obrigação à municipalidade.

§ 5º O reparo deverá ser realizado preservando a condição original do bem público municipal, admitindo-se a troca de material apenas em casos onde o mesmo não seja mais encontrado, ou o município opte por indicar outro que não o original.

Art. 2º As entidades constantes do caput do art. 1º são responsáveis pela qualidade da restauração às condições originais do bem público danificado pelo prazo de cinco anos, devendo a mesma ser refeita quando, no decorrer desse período, apresentar imperfeições quanto à execução, salvo quando ocasionadas por desastres naturais.

Parágrafo único. Transcorrido o prazo previsto no caput, as prestadoras de serviço continuarão responsáveis pela manutenção e/ou substituição dos dispositivos de sua propriedade nas vias públicas municipais.





CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA

"O Poder Unido é mais Forte"

Avenida 25 de Julho, 850, Centro – CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

Art. 3º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades, aplicadas pelos órgãos de fiscalização do Poder Executivo:

I – notificação com advertência, para que o infrator sane a irregularidade no prazo de 60 (sessenta) dias;

II - multa de R\$ 100 (cem) UFM's por dia de duração da infração, até o máximo de 3.000 (três mil) UFM's, além de sujeitar o responsável pela mesma às cominações cíveis e penais aplicáveis ao caso;

III - não concessão de nova licença para obras, reparos ou serviços em vias públicas até a integral reparação do dano, quando o atraso injustificado for maior do que 90 (noventa) dias.

Art. 4º Os contratos de concessão e permissão, bem como os atos autorizativos devem adequar-se ao estabelecido na presente Lei, quando necessário, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 5º O Chefe do Poder Executivo Municipal regulamentará, no que couber, a presente Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor em 01 de janeiro de 2026.

Plenário Vereador Emil Jansen

Agrolândia em, 24 de novembro de 2025.

Alan Giovani Testoni

Vereador Autor

Documento assinado digitalmente. Para confirmar a autenticidade e verificar as assinaturas, acesse: <https://www.cvagrolandia.sc.gov.br/validador-assinatura> e digite o identificador: M039Q-4LLQA-1RPUJ-F1YPA-KRAEF





CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA

“O Poder Unido é mais Forte”

Avenida 25 de julho, 850, Centro - CEP 88420-000

Fone/Fax: (47) 3534-4514 / 3534-1229

www.cvagrolandia.sc.gov.br

MANIFESTO DO DOCUMENTO

Projeto de Lei Ordinária CV

Protocolo Nº: 746

Documento Nº: 17/2025

Protocolo Data: 24/11/2025

Processo Nº: SN



Gerado por Taina Gabriela de Freitas na repartição Gab. Alan Giovani Testoni dia 24/11/2025 às 17:32

CHAVE DE AUTENTICAÇÃO DO DOCUMENTO

M039Q-4LLQA-1RPIJ-F1YPA-KRAEF



Para confirmar a autenticidade acesse www://cvagrolandia.sc.gov.br/validador-assinatura

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme DOC-ICP-15 de 25/8/2015.



Alan Giovani Testoni - 074.XXX.XXX-69

Em UTC -03:00

Tipo Digital